

**ANO I - EDIÇÃO Nº 193 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO:** Palmas, Quarta-Feira, 28 de dezembro de 2016.

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**PORTARIA Nº 1006/2016**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

Considerando a deliberação, à unanimidade, do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, tomada na 174ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 16 de dezembro de 2016, para designação de membro para dar prosseguimento ao feito descrito adiante, em razão de não acolhimento da promoção de arquivamento proposta pelo membro daquela Promotoria de Justiça;

Considerando o disposto no artigo 21, § 5º, inciso II, da Resolução nº 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o 28º Promotor de Justiça da Capital para atuar nos Autos CSMP nº 459/2015, referente à Promoção de arquivamento do Procedimento Preparatório nº 2013.2.29.22.0041, oriundo da 22ª Promotoria da Capital.

PUBLIQUE – SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 046/2015 – CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 046/2015, ficando reajustado o pacto, firmado em 18 de setembro de 2015.

PROCESSO: nº 2014/0701/00254  
CONTRATADO: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S.A.  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva permanente e chamados de emergência, com reposição de peças, em 04 (quatro) elevadores da marca Atlas Schindler, instalados na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas-TO conforme descrito no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Presencial nº 024/15, Processo Administrativo nº 2015.0701.00254, parte integrante do presente instrumento.  
EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula décima terceira Contrato nº 046/2015, combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
PARECER JURÍDICO: nº 146/2016.

VALOR MENSAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 1.313,00
ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGPM-FGV)	10,662%
VALOR REAJUSTADO MENSAL DO CONTRATO	R\$ 139,99
VALOR DA CONTRATAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 17.09.2016	R\$ 1.452,99

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 125/2014 – CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA LP DA SILVA-ME.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 125/2014, ficando reajustado o pacto, firmado em 17 de novembro de 2014.

PROCESSO: nº 2014/0701/00331  
CONTRATADO: LP DA SILVA-ME.  
OBJETO: Concessão de uso de espaço público, de área com 47,00 m², para a instalação e exploração de lanchonete dentro da sede da procuradoria-geral de justiça do tocantins em Palmas - TO, conforme especificações constantes no edital do pregão presencial nº 034/2014 e na proposta da concessionária.  
EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula Terceira do Contrato nº 125/2014 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.  
PARECER JURÍDICO: nº 184/2016.

VALOR MENSAL DA CESSÃO	R\$ 553,45
ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IGP-M- FGV)	7,117%
VALOR DO REAJUSTE MENSAL DA CESSÃO	R\$ 39,39
VALOR DA MENSAL REAJUSTADO A PARTIR 17/11/2015	R\$ 592,84
VALOR ANUAL REAJUSTADO	R\$ 7.114,08

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de dezembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

#### **TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 034/2009 – LOCAÇÃO DE IMÓVEL CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A SRA. DIVINA GERALDA DIAS.**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR nº 034/2009, ficando reajustado o pacto, firmado em 01 de dezembro de 2009.

Processo: nº 2009/0701/00566.

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

CONTRATADO: DIVINA GERALDA DIAS.

OBJETO: Locação de imóvel para abrigar a sede da Promotoria de Pium-TO.

Embasamento legal: Cláusula segunda do Contrato nº 034/2009 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

Parecer jurídico: nº 182/2016.

<b>VALOR DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 919,76</b>
<b>ÍNDICE DE REAJUSTE ACUMULADO (IPCA/IBGE)</b>	<b>6,99%</b>
<b>VALOR DO REAJUSTE DA LOCAÇÃO</b>	<b>R\$ 64,29</b>
<b>VALOR DA LOCAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DE 01.12.2016</b>	<b>R\$ 984,05</b>

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 26 de dezembro de 2016.

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 133/2016

Processo nº.: 2016/0701/00454

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: A.B TELEINFORMÁTICA COMUNICAÇÃO LTDA - ME

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, destinados ao atendimento das necessidades da da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Promotorias de Justiça do Interior, conforme discriminação prevista no item 01 da Ata de Registro de Preços nº 053/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 030/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00336, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 1.650,00 (hum mil, seiscentos e cinquenta Reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

ASSINATURA: 21/12/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.

Contratada: Adeliame Ramos dos Santos

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral  
P.G.J.

#### EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº.: 134/2016

Processo nº.: 2016/0701/00455

CONTRATANTE: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

CONTRATADA: J & M INFORMÁTICA LTDA - EPP

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS, destinados ao atendimento das necessidades da da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins e Promotorias de Justiça do Interior, conforme discriminação prevista nos itens 02 e 03 da Ata de Registro de Preços nº 054/2016, oriunda do Edital do Pregão Presencial nº 030/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00336, parte integrante do presente instrumento.

VALOR TOTAL: A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela execução do objeto o valor total de R\$ 1.885,00 (hum mil, oitocentos e oitenta e cinco Reais).

VIGÊNCIA: A partir da assinatura até 31 de dezembro de 2016.

MODALIDADE: Pregão Presencial, Lei nº 10.520/2002.

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

ASSINATURA: 21/12/2016

SIGNATÁRIOS: Contratante: Clenan Renaut de Melo Pereira.  
Contratada: Evander Rodrigues Gomes Junior

UILITON DA SILVA BORGES  
Diretor-Geral  
P.G.J.

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 196/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 196/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato s/nº/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Inadimplência do Município de Carmolândia perante o Tribunal de Contas do Estado por omissão dos ex – gestores Sr. Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda.

INVESTIGADO(S): Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite e Município de Carmolândia – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 06 de Dezembro de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 197/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 197/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato s/nº/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Falta de pagamento de salários dos servidores referente à competência de dezembro de 2012 na cidade de Carmolândia – To na gestão Sr. Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite no ano de 2012.

INVESTIGADO(S): Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite e Município de Carmolândia – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 198/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 198/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato s/nº/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Dívida consolidada no importe de R\$

2.329.105,08 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil, cento e cinco Reais e oito centavos) perante o governo federal do município de Carmolândia-TO na gestão Sr. Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite.

INVESTIGADO(S): Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite e Município de Carmolândia – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 199/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 199/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato s/nº/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Falta de repasse as instituições bancárias dos valores descontadas dos servidores da educação municipal gerando um débito aos consignados da competência de dezembro de 2012 no valor de R\$ 28.885,14 (vinte e oito mil oitocentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) na cidade de Carmolândia-TO na gestão Sr. Jovercy Ribeiro Martins e Sr. Joao Holanda Leite no ano de 2012.

INVESTIGADO(S): Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite e Município de Carmolândia – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 02 de Setembro 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 213/2012 no Inquérito Civil Público 200/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 200/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 213/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: Investigar a correta aplicação de verba pública referente à dotação orçamentária para realização de eventos esportivos na modalidade "ciclismo" na cidade de Araguaína-TO.

INVESTIGADO(S): Secretaria Municipal de Esportes de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 092/2013 no Inquérito Civil Público 201/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 201/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 092/2013

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta perseguição por parte de Reginaldo Costa Paz, auditor fiscal do município de Araguaína, em relação à Ordem Nazarena, suposta instituição religiosa, podendo configurar ato de improbidade administrativa por lesão aos princípios

da moralidade e impessoalidade.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO e Ordem Nazarena LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público 202/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 202/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato s/n 2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Paralisação de serviços públicos essenciais da saúde e coleta de lixo na cidade de Carmolândia-TO, na gestão do Sr. Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite no ano de 2012

INVESTIGADO(S): Jovercy Ribeiro Martins e Sr. João Holanda Leite e Município de Carmolândia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 02 de Novembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 085/2013 no Inquérito Civil Público 203/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 203/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 085/2013

FATO(S) EM APURAÇÃO: “Lixão urbano” no Município de Santa Fé do Araguaia-TO, na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na Gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira; Valtenis Lino da Silva e Município de Santa Fé do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 110/2013 no Inquérito Civil Público 204/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 204/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 110/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta doação irregular de bem público pelo Município de Araguaína à pessoa de Rosimeire Pereira dos Santos Fonseca, no ano de 2008, podendo configurar ato de improbidade administrativa.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO e Rosimeire Pereira dos Santos Fonseca.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 095/2013 no Inquérito Civil Público 205/2016, a

fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 205/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 095/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Supostas irregularidades praticadas no julgamento das propostas da Tomada de Preços 001/2013, Município de Araguaína-TO, resultando na contratação da empresa Amara Construtora Ltda.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO e Amara Construtora Ltda.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 066/2013 no Inquérito Civil Público 206/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 206/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 066/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apuração do seguinte fato – A ocorrência de dano ao erário em razão do pagamento da multa aplicada ao Município de Araguaína no auto de infração 500984 do IBAMA, no valor de R\$ 50.000,00, devendo ser ressarcido.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública o Inquérito Civil Público 207/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 207/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 85/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Abandono de um caminhão de propriedade do Município no pátio da empresa Truck Center Ser. E Rep. de veículos que resultou em sua deterioração no Município de Santa Fé do Araguaia-TO na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira; Valtenis Lino da Silva e Município de Santa Fé do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 063/2013 no Inquérito Civil Público 208/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 208/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 063/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apuração dos seguintes fatos – a) supostas

irregularidades na realização de procedimento licitatório que cominou na contratação de empresa para realização do serviço de coleta de lixo urbano no ano de 2013, pelo Município de Aragominas; b) lesão ao princípio da publicidade por ausência de resposta às requisições dos Vereadores.

INVESTIGADO(S): Município de Aragominas-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína, 06 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 209/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 209/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 85/2013

FATO(S) EM APURAÇÃO: A falta de pagamentos dos servidores da prefeitura no Município de Santa Fé do Araguaia-TO, na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira; Valtenis Lino da Silva e Município de Santa Fé do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 210/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 210/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 85/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Doação irregular de terras públicas no Município de Santa Fé do Araguaia-TO na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira; Valtenis Lino da Silva e Município de Santa Fé do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 211/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 211/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 85/2013

FATO(S) EM APURAÇÃO: Contratos de aluguéis irregulares para benefício de familiares no Município de Santa Fé do Araguaia-TO na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na Gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira ; Valtenis Lino da Silva e

Município de Santa fé do Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional - TO, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público 212/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 212/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 85/2016

FATO(S) EM APURAÇÃO: Ausência de médico e do exercício pleno do acesso à saúde no Município de Santa Fé do Araguaia-TO na gestão da Sra. Elsir Soares Ferreira e na Gestão do Sr. Valtenis Lino da Silva

INVESTIGADO(S): Elsir Soares Ferreira; Valtenis Lino da Silva e Município de Santa Fé do Araguaia-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional - TO, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 017/2013 no Inquérito Civil Público 213/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 213/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato 017/2013

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na Administração Municipal de Araguaia-TO

INVESTIGADO(S): Município de Araguaia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Porto Nacional-TO, 03 de Outubro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação nº 81/2012 no Inquérito Civil Público 214/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 214/2016/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Representação 81/2012

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta invasão de área pública localizada na Avenida Santos Dumont, nº200, Município de Araguaia-TO

INVESTIGADO(S): A apurar

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 07 de dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação nº 04/2012 no Inquérito Civil Público 217/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente

documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 217/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.  
**ORIGEM:** Representação 04/2012  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Suposta ilegalidade e irregularidade do exercício da função de confiança de Diretora do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, Município de Araguaína-TO, pela ex-servidora Maria Venusa Arrais Sobrinho, matrícula funcional nº 840482-8, durante o período de Janeiro de 2011 a 04/01/2013  
**INVESTIGADO(S):**  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Araguaína-TO, 22 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 106/2013 no Inquérito Civil Público 218/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 218/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.  
**ORIGEM:** Notícia de Fato 106/2013  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Suposta irregularidades praticadas pelo Município de Araganã-TO, devido o Município se negar a autorizar o cadastramento do servidor Adacy Pereira da Silva junto a Receita Federal  
**INVESTIGADO(S):** Município de Araganã-TO  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Porto Nacional-TO, 31 de Agosto de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 226/2012, em Inquérito Civil Público 219/2016 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 219/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 6º e 8º, § 1º, da Lei nº. 7.347/85; e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.  
**ORIGEM:** Notícia de Fato nº 226/2012  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Apurar supostas irregularidades em processo licitatório para a aquisição de materiais escolares referentes aos anos de 2009 à 2012 no Município de Aragominas – TO.  
**INVESTIGADO(S):** Ex – Gestor do Município de Aragominas – TO, Sr. Antonio Mota.  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Araguaína-TO, 09 de Dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação nº 103/2011 no Inquérito Civil Público 223/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 223/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

**ORIGEM:** Representação 103/2011  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Suposto ato de improbidade administrativa praticado por Edjânio Magalhães, quando do exercício do cargo de Prefeito de Araganã-TO e Wanderson José Ferreira ex-secretário de finanças, consistente no pagamento à empresa Rosário Indústria e Comércio de artefatos de cimento e construção LTDA, do valor integral correspondente à prestação do serviço de mediação das obras de construção de uma creche no Município de Araganã-TO, sem que as obras tivessem sido realizadas em sua totalidade  
**INVESTIGADO(S):** Edjânio Leite Magalhães, Wanderson José ferreira e Rosario Industria e comércio de artefatos de cimento e construção LTDA  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Araguaína-TO, 10 de Novembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato nº 038/2013 no Inquérito Civil Público 224/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 224/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.  
**ORIGEM:** Resolução TCE/TO  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes dos fatos que ensejaram a emissão de parecer prévio (TCE/TO) pela rejeição das contas consolidadas do Município de Carmolândia-TO, referente ao exercício de 2010  
**INVESTIGADO(S):** João Holanda Leite  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Palmas -TO, 25 de Outubro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de fato nº 008/2013 no Inquérito Civil Público 225/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 225/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.  
**ORIGEM:** Decisão proferida pelo TCE/TO  
**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública decorrentes de irregularidades nas contas de ordenadores de despesas do município de Carmolândia-TO, referente ao exercício de 2011  
**INVESTIGADO(S):** Joao Holanda Leite e Jovercy Ribeiro Martins  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Palmas -TO, 25 de Outubro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação nº 126/2012 no Inquérito Civil Público 229/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).  
**PORTARIA Nº.: 229/2016/6ªPJ**  
**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.  
**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual no. 51/08.  
**ORIGEM:** Representação 126/2012

**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Suposto ato de improbidade administrativa decorrente da dispensa inexibibilidade indevida de licitação, para contratação da empresa Arte Produção de shows artísticos, podendo configurar fracionamento da despesa  
**INVESTIGADO(S):** Prefeitura Municipal de Araguaína-TO  
**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Araguaína-TO, 05 de Outubro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Representação nº 67/2012 no Inquérito Civil Público 230/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

**PORTARIA Nº.:** 230/2016/6ªPJ

**INVESTIGANTE:** 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº. 8.625/93; artigo 8º, § 1º, da Lei nº. 7.347/85; artigo 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.  
**ORIGEM:** Resolução TCE/TO

**FATO(S) EM APURAÇÃO:** Omissão da câmara Municipal de Araguaína-TO em encaminhar ao Tribunal de contas os documentos, informações contábeis e demais dados referentes às contas de ordenador de despesas do exercício financeiro de 2010

**INVESTIGADO(S):** Benedito Rosa da Silva

**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:**Palmas -TO, 26 de Outubro de 2016.

## **2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLINAS**

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 052/2016**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a

melhor apuração do fato investigado.

**PORTARIA Nº.:** 052/2016/ICP.

**INVESTIGANTE:** 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, ambos da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, ambos da Lei nº. 7.347/85 e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

**ORIGEM:** "De ofício" pela 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

**FATO EM APURAÇÃO:** Apurar suposta acumulação indevida de cargos do vereador do município de Colinas do Tocantins/TO e professor Marcell Rodrigues de Amorim, excedendo o permitido pela Constituição Federal.

**INVESTIGADO:** Professor Marcell Rodrigues de Amorim, atual vereador do município de Colinas do Tocantins/TO.

**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Colinas do Tocantins/TO, 09 de dezembro de 2016.

#### **EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 053/2016**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração de INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

**PORTARIA Nº.:** 053/2016/ICP.

**INVESTIGANTE:** 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

**FUNDAMENTOS:** Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, ambos da Lei Federal nº. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, ambos da Lei nº. 7.347/85 e artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº. 51/08.

**ORIGEM:** "De ofício" pela 2ª Promotoria de Justiça de Colinas do Tocantins/TO.

**FATO EM APURAÇÃO:** Apurar suposta acumulação indevida de cargos públicos de vereador e atual Presidente da Câmara do Município de Brasilândia do Tocantins/TO, excedendo o permitido pela Constituição Federal.

**INVESTIGADO:** Lucas Vieira.

**LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO:** Colinas do Tocantins/TO, 14 de dezembro de 2016.



(63) 3216-7598

(63) 3216-7575



[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)



[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)

